



X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA

O BRASIL NO SUL: CRUZANDO FRONTEIRAS ENTRE O REGIONAL E O NACIONAL

26 a 30 de julho de 2010 - Santa Maria - RS

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Centro Universitário Franciscano - UNIFRA

TRABALHO E GÊNERO, ENTRE O GLOBAL E O LOCAL: UM ESTUDO SOBRE OS PERFIS DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES DO MERCADO FORMAL DE CAXIAS DO SUL (2000-2008)

Profa. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin
Universidade de Caxias do Sul/UCS

lusgrbi@terra.com.br e lssgrazi1@ucs.br

Profa. Dra. Natalia Pietra Méndez

Universidade de Caxias do Sul/UCS

npietramendez@hotmail.com e npmendez@ucs.br

Introdução

O presente trabalho é parte de uma pesquisa em andamento sobre a trajetória das relações de gênero no mercado de trabalho formal em Caxias do Sul (2000-2008). A mesma é realizada pelo Observatório do Trabalho da Universidade de Caxias do Sul com a colaboração técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos.¹ Utiliza como fonte principal os dados disponíveis na Relação Anual Informações Sociais (RAIS), administrado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Governo Federal.

O objetivo é discutir os efeitos das mudanças técnicas e produtivas no mundo do trabalho e possíveis repercussões no perfil dos empregos e dos trabalhadores através de um estudo de caso localizado em Caxias do Sul. Cidade situada na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, abriga o segundo pólo metal-mecânico do Brasil e, atualmente, uma população de quase 400 mil habitantes. O interesse no município justifica-se por alguns contrastes com a tendência geral, apontada pelas análises socioeconômicas, de uma atrofia dos empregos no setor industrial e uma expansão do setor terciário em decorrência da globalização e da reestruturação produtiva. Em Caxias do Sul, as últimas duas décadas demonstraram um aumento do nível de ocupação no setor industrial. Considerando a indústria de transformação, verifica-se que houve um crescimento de 62,67% dos postos de trabalho. Igualmente, foi crescente o volume de empregos nos serviços industriais de utilidade pública, onde houve crescimento de cerca de 250 vezes (2.480%). A expansão pode estar relacionada com o processo de privatizações decorrente da última década do século XX e início dos anos 2000. Emerge desse processo um novo setor de atividade, cuja classificação e desdobramentos



ocupacionais sofreram modificações ao longo da década de 2000. O setor de serviços também registrou expansão: 55,95%.

Por outro lado, a constatação de incremento em setores de atividade no mercado de trabalho formal não esgota outras possibilidades de analisar repercussões de transformações nas relações de trabalho – e no perfil dos empregos – decorridas na última década. Novos enfoques sobre o mundo do trabalho destacam a heterogeneidade dos trabalhadores no Brasil, evidenciando a necessidade de examinar múltiplas relações sociais. Fatores como gênero, geração, escolarização, relações étnicas/raciais resultam em diferentes construções identitárias e conformam relações de poder e hierarquias no mercado do trabalho.

Assim, a escolha da cidade em questão – com uma gama diversificada de setores de atividade e ocupações - permitirá problematizar as mudanças e permanências na organização dos papéis de gênero predominantes no mundo do trabalho. Partimos da premissa de que as mudanças no mercado de trabalho nas décadas recentes não removem uma lógica sexista na sua organização, embora possam gerar novas formas de segmentação e deslocamentos dos lugares femininos e masculinos no âmbito laboral.

Nesta introdução, apresentamos a proposta do artigo algumas delimitações teórico-metodológicas sobre a pesquisa. Na próxima seção, intitulada *Globalização, trabalho e gênero: novos e velhos cenários* abordamos a globalização e suas repercussões na divisão sexual do trabalho. Na última seção, *Trabalho e gênero em Caxias do Sul nos anos 2000: mutações e segregações na divisão sexual do trabalho no mercado formal* discutimos, através de índices quantitativos, os perfis dos trabalhadores e trabalhadoras que permaneceram em empregos formais no período em questão bem como suas diferentes inserções ocupacionais.

Passamos à exposição de alguns referenciais teórico-metodológicos que orientam a pesquisa em questão. O trabalho situa-se dentro de um campo interdisciplinar da área de ciências humanas, embora os levantamentos de dados e indicadores exijam um exercício de aproximação com as ciências sociais aplicadas para seu tratamento. As contribuições do marxismo anglo-saxão e da Escola dos Annales – França, vertentes historiográficas que ampliaram os problemas e abordagens focadas no mundo do trabalho, estão entre os enfoques teóricos que balizam o estudo. Um dos

subsídios importantes é que o conceito de classe social passou a ser repensado. A crítica principal se refere ao caráter a-histórico, por vezes abstrato, do conceito quando tomado apenas como uma ferramenta teórico-explicativa.² Outra crítica é que o conceito de classe, por vezes, obscurece a heterogeneidade das múltiplas relações sociais. O conceito de classe carece de ser pensado dentro de seus limites analíticos, considerando a necessidade de outras problematizações vinculadas às relações de trabalho.

O conceito de gênero é outra possibilidade de análise do mundo do trabalho. Através dele, descortina-se a dimensão cultural de práticas sociais historicamente vinculadas tanto à população masculina quanto à feminina que tendem a assumir diferentes significados. A categoria gênero questiona a existência de identidades fixas e universais relacionadas ao masculino e ao feminino, contribuindo para reflexões sobre discursos generificados que operam no mercado de trabalho. A respeito do uso deste conceito, Joan Scott, contribuiu do ponto de vista do pós-estruturalismo:

O pós-estruturalismo insiste em que as palavras e os textos não possuem um significado fixo nem intrínseco; em que não há uma relação transparente nem evidente entre eles, sejam coisas ou idéias, nem tampouco uma correspondência básica ou última entre a linguagem e o mundo. Portanto, as perguntas que são respondidas por estas análises são: como e em quais contextos específicos, entre quais comunidades específicas de pessoas e mediante que processos sociais ou textuais se adquire o sentido? Como mudam os significados? Como emergiram certos significados considerados normativos e outros foram ocultados até, às vezes, desaparecer por completo? O que estes processos revelam sobre a forma como se constrói e opera o poder? (1994, p. 01).

Os debates sobre a utilização do conceito na história envolvem, de um lado, as pesquisadoras vinculadas ao pós-estruturalismo, e do outro as identificadas com a história social influenciada pelo marxismo britânico. As duas abordagens são referências para estudos sobre trabalho e gênero. Do ponto de vista pós-estruturalista, a história social enfatizou a oposição binária homem/mulher, a identificação de uma cultura feminina em oposição a uma cultura dominante masculina e as tentativas de construir uma identidade comum às mulheres. Seguindo os caminhos de Foucault, Joan Scott alertou para os limites da história social como campo privilegiado para as pesquisas sobre gênero considerando que suas categorias - como experiência, identidade e classe - partem de uma ideia pré-concebida sobre a existência de sujeitos femininos e masculinos. A crítica à história social remete-se, igualmente, ao uso que esta faz do



gênero como uma categoria secundária, apontando que muitas historiadoras a adotaram em suas análises com a condição de manter a primazia do conceito de classe. Dentro do quadro da história social, o gênero apareceria, ainda, como um sub-produto das estruturas econômicas. A crítica à história social permite, conforme Scott, refletir sobre o caráter subjetivo das identidades e pensar o gênero como um aspecto geral da organização da sociedade:

A história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres, e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidade foram construídos. Se as identidades mudam ao longo do tempo e em relação a diferentes contextos, não podemos utilizar modelos simples de socialização que vêm gênero como um produto mais ou menos estável da educação na primeira infância, na família e na escola. Devemos deixar de lado também a tendência a compartimentalizar, de boa parte da história social, que relega sexo e gênero à instituição da família, associa classe com o local de trabalho e a comunidade e aloca a guerra e os temas constitucionais exclusivamente no domínio da “alta política” do governo e do estado.[...] O saber social e cultural a respeito da diferença sexual é, portanto, produzido no decorrer da maior parte dos eventos e processos estudados como história. (1994, p.19)

Por outro lado, o uso do conceito na perspectiva da história social enfatiza os mecanismos de dominação e resistência a partir dos quais as identidades de gênero são construídas e vivenciadas. De acordo com Eleni Varikas, a tradição thompsoniana possibilitou observar as diferentes experiências dos homens e das mulheres como uma dimensão constitutiva dos seus conceitos de classe, de consciência de classe, de política ou de identidade operária. (1994, p.73) Na visão crítica das historiadoras sociais, o pós-estruturalismo, em seu exercício contínuo da desconstrução, conduziria a minimizar a ação dos sujeitos na história e a conferir uma importância relativa ao tempo e ao contexto nos quais se estabelecem as relações de poder. De acordo com Louise Tilly, ao enfatizar o método e o texto, o pós-estruturalismo subestima a ação humana e faz pender a balança na direção de uma superestimação da coerção social (1994, p.50). Esta é também a essência da crítica que Eleni Varikas direcionou ao trabalho de Joan Scott:

Com efeito, se no centro da sua teoria da produção do sentido e da formação do gênero se encontram relações conflitantes em confronto permanente, os atores deste conflito são “as forças de significação”, “oposições fixas”, “duplas oposicionais” ou “procedimentos de diferenciação” que – como no tempo em que os preços dos cereais faziam a história – fazem desaparecer do



nosso horizonte as pessoas implicadas nesses “jogos de poder e de saber que constituem a identidade e a experiência”. (1994, p.78)

Os estudos de gênero vinculados à história social destacam as relações de dominação e resistência social vivenciadas por homens e mulheres. Estudam os aspectos discursivos que contribuem para a formação das identidades de gênero, apontado para seu caráter transitório e mutável. Vinculam as relações de gênero a outras categorias de análise como classe, raça, nacionalidade, para reconstruir as experiências das mulheres no passado.

O debate aqui exposto demonstra a impossibilidade de pensar que exista um campo homogêneo do conhecimento histórico no que se refere à problemáticas de pesquisa focada nas relações de gênero. A discussão sobre os limites do conceito de gênero é uma tentativa de escapar à armadilha dos usos indiscriminados da teoria. Mais do que tomar partido nesta celeuma intelectual, o que se pretende é sinalizar alguns caminhos de teóricas que contribuíram para pensar os alcances analíticos do conceito de gênero.

Os aspectos metodológicos da pesquisa dialogam com novos debates sobre a vigência da história quantitativa. O estudo utiliza o banco de dados do Ministério do Trabalho que acompanha cada movimentação dos vínculos empregatícios.³ Longe de considerar o número como verdade irrefutável este pode ser tomado como evidência que permite leituras sobre o mundo do trabalho. Recorrer à análise estatística, como afirma Jean-Yves Grener – contribui para definir o universo dos possíveis. (1998, p.192) De acordo com o autor, o número, assim como outras fontes textuais com as quais os historiadores estão mais habituados a trabalhar, é um índice:

Primeiramente, ele constitui uma maneira entre outras de descrever um fenômeno: pouco importa aqui que esta seja considerada inferior ou superior a escritas mais literárias ou intuitivas, só conta o fato de tratar-se de uma descrição suplementar não redundante. [...] Do mesmo modo que um fragmento de texto ou de um caco de ânfora, ele orienta a intuição. Nesse sentido, pertence ao campo do paradigma indicial evocado acima: desqualificar o paradigma galilaico não basta, portanto, para eliminar o recurso ao quantitativo. (1998, p.191-192)

Os dados usados na pesquisa apresentam limitações, tais como o fato de que são fornecidos por empregadores, o que impede o acompanhamento periódico da



atualização e exatidão, tendo em vista que é a empresa – pública ou privada – que fornece as informações sobre os trabalhadores. A metodologia adotada na primeira etapa da pesquisa utiliza a informação como indício para pensar múltiplas relações sociais entre trabalhadores e empregadores: acompanhamento das mudanças salariais, a rotatividade, os setores de atividade, os tipos de ocupação; igualmente, é possível estabelecer um cruzamento com variáveis que problematizem o perfil dos trabalhadores e trabalhadoras quanto às relações de gênero, raça/etnia, geração, o grau de instrução, entre outras.

Globalização, trabalho e gênero: novos e velhos cenários

As décadas finais do século XX assistiram mudanças significativas para o mundo do trabalho. A globalização operou transformações na divisão internacional do trabalho. Neste artigo, temos como proposta discutir possíveis repercussões de cenário global no mercado formal da cidade de Caxias do Sul. Partimos de estudos que examinam o final do século XX e primeira década do século XXI e enfocam o perfil da mão-de-obra, identificando as relações de gênero como um dos elementos estruturantes da organização do trabalho.

Analisando as mudanças no trabalho decorrentes da crise do modelo de Estado de Bem Estar social europeu, Rose-Marie Lagrave aponta que a partir de 1975 houve uma nova configuração social dos empregos e da divisão social do trabalho. O modelo de emprego estável passou a ser substituído por uma formação e um trabalho à escolha, atomização das formações, emprego estável ou emprego a tempo parcial, desemprego, contrato-formação, trabalho temporário. De acordo com a autora:

A sequência linear das trajetórias profissionais de outrora é substituída por outras de linha quebrada onde desemprego e emprego são apenas as duas faces da flexibilidade e da fragmentação da mão-de-obra. Nessa transformação, a divisão sexual do trabalho não é apenas um efeito da repartição em áreas ou em sectores de actividade, é o princípio organizador da desigualdade face ao emprego: o “verdadeiro” trabalho está na mão dos homens, o “trabalho ao lado” é reservado às mulheres. Não é pois de espantar que as desigualdades entre homens e mulheres aumentem em todo o lado. (1991, p. 538)

A crise do emprego regular se instala nos países europeus ainda na década de 1970 e se estende nos períodos subsequentes. No Brasil, o mesmo fenômeno foi observado a partir da década de 1980, quando o mercado de trabalho formal também inicia uma fase de atrofia. Embora estes cenários estejam interligados com políticas internas, estão igualmente relacionados com a globalização, que pode ser caracterizada como:

[...] economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento em escala global; processo de produção flexíveis e multilocais; baixos custos de transporte; revolução nas tecnologias da informação e de comunicação; desregulação das economias nacionais; preeminência das agências financeiras multilaterais; emergência de três grandes capitalismo transnacionais: o americano, baseado nos EUA e nas relações privilegiadas deste país com o Canadá, o México e a América Latina; o japonês, baseado no Japão e nas suas relações privilegiadas com os quatro pequenos tigres e com o resto da Ásia; e o europeu, baseado na União Européia e nas relações privilegiadas desta com a Europa de Leste e com o Norte de África. (SANTOS, 2005, p. 29)

Nas décadas de 1980 e 1990, o Brasil intensificou a integração ao sistema financeiro internacional assumindo uma política de diminuição do papel regulador do Estado. Como efeito, o mercado de trabalho apresentou uma tendência à desestruturação: redução dos postos de trabalho regulares, retração das ocupações na indústria, expansão do desemprego e das ocupações irregulares. A globalização acelerou mudanças tecnológicas que afetaram o perfil da produção e passaram a exigir novas “competências” para o ingresso no mundo do trabalho. Uma das conseqüências foi dar relevo à competição interna entre os trabalhadores devido ao aumento da concorrência pelo emprego, principalmente o formal:

[...] o mundo do trabalho tenderia a refletir as mutações técnico-produtivas, marcadas pela maior insegurança no emprego e por elevada concorrência no interior da população ativa. De certa forma, novos conhecimentos científicos e tecnológicos estariam associados às exigências empresariais de contratação de empregados com polivalência multifuncional, maior capacidade motivadora e habilidades laborais adicionais no exercício do trabalho. (2007, p.41)

As alterações desencadeadas pelos ajustes macroeconômicos afetaram quantitativamente e qualitativamente os postos de trabalho. O mercado passou a exigir um novo perfil: escolarização elevada, domínio tecnológico e polivalência são alguns dos requisitos básicos que aparecem no discurso empresarial para descrever o



trabalhador desejável na era da globalização. Cabe verificar se estas novas exigências repercutiram na divisão sexual do trabalho.

Ao observar os efeitos da reestruturação produtiva e da complexidade tecnológica, Hirata chama a atenção para o fato de que as mudanças tecnológicas não têm as mesmas conseqüências para homens e mulheres. Examina que a tecnologia opera diferentemente nos papéis sexuais no mundo do trabalho em países industrializados e em países considerados em via de desenvolvimento:

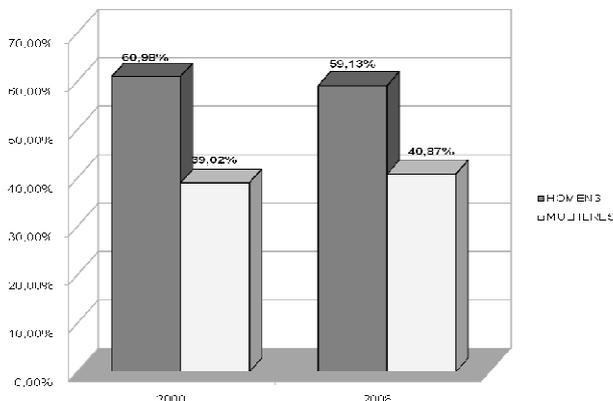
As conseqüências das inovações tecnológicas e organizacionais sobre as condições de trabalho ou sobre a qualificação não são as mesmas de acordo com a categoria socioprofissional atingida, de acordo com o nível de qualificação e o lugar na divisão do trabalho. Assim, pesquisas empíricas, realizadas tanto em países altamente industrializados quanto em países semi-industrializados, mostraram que essas inovações tendem a suprimir a mão-de-obra não-qualificada, seja ela masculina ou feminina. (2002, p. 225-226)

Um breve exame em na literatura produzida sobre o tema denota que as transformações no mundo de trabalho alteraram o perfil do emprego e dos empregados. Todavia, permaneceu a distinção de papéis sexuais, talvez agora renovada por argumentos requintados, mas que atuam ainda dentro de uma lógica da segregação. Na seção a seguir, observaremos em que medida, na primeira década do século XXI, houve alterações no perfil das relações de gênero no mercado de trabalho formal de Caxias do Sul considerando o cenário de novas exigências tecnológicas e o discurso da qualificação profissional como exigências para o acesso ao emprego.

Trabalho e gênero em Caxias do Sul nos anos 2000: mutações e segregações na divisão sexual do trabalho no mercado formal.

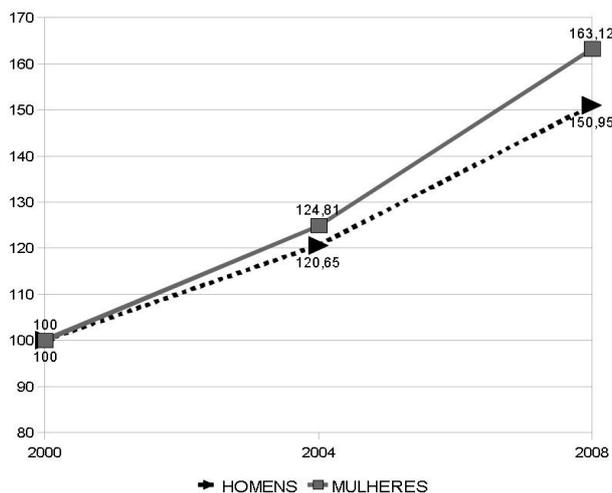
Nesta seção, pretendemos verificar se as transformações nos anos recentes alteraram relações de gênero no trabalho considerando fatores como escolaridade, faixa etária, salários e setores de atividade. Ao observar o panorama do mercado formal de Caxias do Sul relativo ao período de 2000 a 2008, os indicadores da RAIS demonstram certa estabilidade na composição da força de trabalho. Contudo, percebe-se que, proporcionalmente, as ocupações femininas cresceram mais do que as masculinas.

Gráfico A – Distribuição dos assalariados segundo sexo



Fonte: RAIS/MTE

Gráfico B – Crescimento dos empregos formais segundo sexo



Fonte: RAIS/MTE

Tomando o ano 2000 como base, há um indicativo de que entre os empregos femininos existentes, ocorreu um crescimento de mais de 63%. Já entre os empregos masculinos, a geração de novos empregos foi de 50,95%. Embora o mercado de trabalho formal, em números absolutos, continue predominantemente masculino, chama a atenção o fato de que a força-de-trabalho feminina tenha, proporcionalmente, se expandindo mais do que a masculina. A que fatores isto pode ser atribuído? Uma possível resposta é a escolaridade. Ao longo da década analisada, os dados disponíveis sobre Caxias do Sul comungam com a literatura já consolidada sobre a maior escolarização das trabalhadoras.

Tabela 1 - Distribuição dos Assalariados segundo Sexo e Grau de instrução

Grau de Instrução	2000		2004		2008	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Até 4ª Série Incompleta	4,95%	4,09%	2,48%	1,63%	1,93%	1,24%
4ª Série Completa	6,65%	5,01%	4,38%	3,16%	3,10%	1,97%
8ª Série Incompleta	27,03%	17,36%	17,20%	12,43%	12,62%	9,63%
8ª Série Completa	21,94%	17,01%	23,43%	16,33%	22,19%	15,36%
Ens. Médio Incompleto	12,35%	12,02%	11,31%	9,96%	10,76%	8,86%
Ens. Médio Completo	15,87%	20,00%	26,10%	20,41%	24,10%	25,20%



Fonte: RAIS/MTE

A mão de obra feminina se concentrou no ensino médio completo (21,09%) ao longo de toda a década, evidenciando a maior oferta de empregos formais para as mulheres em segmentos ocupacionais com exigência maior de instrução. De 2000 a 2008, elas foram majoritárias entre os empregados com ensino superior completo, como demonstram os anos de 2000 (14,93% mulheres e 5,74% homens); de 2004 (16,69%mulheres e 8,68% homens); por fim, de 2008 (16,03% mulheres e 7,49% homens).

Considerando a população masculina, o grau de instrução foi mais variável ao longo da série histórica analisada. No ano 2000, a maioria dos empregados possuía, segundo a RAIS, a 8ª série do ensino fundamental incompleta (27,31%), demonstrando, ainda, uma aproximação significativa com a 8ª série completa, faixa que concentrava 22,16% dos trabalhadores. Entre os anos de 2001 e 2003 houve um movimento dinâmico que apontou para uma migração da população masculina. Paulatinamente, os homens deixaram de se concentrar no ensino fundamental incompleto e rumaram para o ensino médio. Porém, apenas em 2004 o ensino médio completo surgiu como escolarização que concentra a parcela mais robusta da força de trabalho masculina caxiense (26,17%). Uma possível leitura destes indicadores é que os efeitos do discurso em prol de uma maior escolarização e qualificação como garantias do emprego mobilizaram mais amplamente a população masculina, sinalizando um empreendimento por parte dos trabalhadores em busca de um aumento da escolaridade. A população feminina, ao longo de todo o período, manteve de forma estável uma vantagem escolar anteriormente adquirida, tanto no ensino médio completo quanto no ensino superior. Chama a atenção, ainda, o decréscimo da presença tanto masculina quanto feminina nos graus de instrução vinculados ao ensino fundamental incompleto. Estes dados podem ser um indicativo de um movimento dos trabalhadores de ambos os sexos em busca de

um diploma escolar. No cenário da década de 2000, o trabalhador com escolaridade completa (fundamental, ensino médio ou superior) é o perfil mais representativo do mercado de trabalho formal caxiense.

Outro questionamento da pesquisa foi examinar se houve uma mutação da distribuição masculina e feminina nos setores de atividade. Ao longo dos últimos 30 anos, os setores de atividade que mais concentram os homens são o extrativo mineral, a indústria de transformação, a construção civil e a agropecuária. A presença feminina foi mais robusta no setor de serviços, comércio e administração pública. Os indicadores da RAIS demonstram uma permanência desta segregação do mundo do trabalho, porém, com alguns deslocamentos.

Tabela 2 - Distribuição dos Assalariados no Mercado Formal segundo Sexo e Setor de Atividade

Setor	2000		2004		2008	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Extrativa Mineral	0,07%	0,02%	0,04%	0,01%	0,07%	0,01%
Ind. De Transformação	56,37%	35,48%	59,36%	36,48%	58,59%	38,50%
Serv. Ind. Utili. Pública	0,02%	0,00%	0,05%	0,01%	2,30%	0,93%
Construção Civil	5,06%	1,27%	3,88%	0,80%	4,23%	0,46%
Comércio	12,86%	15,79%	12,97%	16,57%	12,11%	17,30%
Serviços	21,47%	37,35%	19,88%	37,10%	19,66%	35,70%
Adm. Pública	2,60%	9,06%	2,31%	8,19%	1,73%	6,34%
Agropecuária	1,55%	1,04%	1,52%	0,83%	1,31%	0,74%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: RAIS/MTE

Devido ao perfil industrial desenvolvido em Caxias do Sul a partir da década de 1960, a indústria de transformação passou a ser o setor que, quantitativamente, mais gerou empregos. Na década de 2000, a população masculina sempre encontrou neste setor a principal fonte de ocupação. Todavia, só passou a concentrar – quantitativamente – o maior número de mulheres empregadas no ano de 2007, quando, por primeira vez, ultrapassou o número de empregos femininos no setor de serviços, fator que justifica que o setor da indústria de transformação tenha registrado, proporcionalmente, a segunda maior expansão de empregos para a população feminina. Em 2008, o setor foi responsável por concentrar o maior volume de mulheres empregadas no mercado formal (38,50%). Considerando o universo dos empregados homens, os índices apontam para a permanência de uma concentração na indústria de transformação ao longo de todo o período.

O setor de serviços pontua na segunda posição como o responsável tanto pela maior concentração de mulheres quanto de homens. Todavia, neste setor são elas as mais representativas. Ao longo do período, observa-se um leve decréscimo da concentração feminina no setor de serviços, passando de 37,35% para 35,7%, o que significa um decréscimo de 1,65%. Por outro lado, na indústria de transformação houve uma expansão de 3,02%. Estes índices precisam ser relativizados por um estudo que demonstre os lugares ocupados pelas mulheres na indústria de transformação. Levantamentos preliminares em empresas do setor metal-mecânico apontam para um agrupamento feminino em setores administrativos, ao contrário dos homens, densamente empregados na produção.

A permanência de uma segmentação sexuada no mercado de trabalho formal também pode ser observada ao analisar indicadores salariais ao longo da década de 2000, comparando a média de rendimentos segundo o sexo.

Tabela 3 - Rendimentos em salários mínimos Segundo o Sexo

Faixa de Ren. em dezembro	2000		2004		2008	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Até 0,50	0,21%	0,29%	0,40%	0,36%	0,26%	0,39%
De 0,51 a 1,00 s.m.	1,15%	2,08%	1,21%	2,47%	2,13%	3,50%
De 1,01 a 1,50 s.m.	2,07%	4,75%	2,81%	7,54%	6,59%	16,92%
De 1,51 a 2,00 s.m.	7,10%	13,97%	10,15%	20,88%	10,61%	22,35%
De 2,01 a 3,00 s.m.	17,59%	27,14%	20,31%	27,93%	22,52%	23,48%
De 3,01 a 4,00 s.m.	16,89%	15,96%	17,27%	12,80%	17,47%	10,55%
De 4,01 a 5,00 s.m.	12,79%	9,68%	12,14%	7,42%	11,66%	5,84%
De 5,01 a 7,00 s.m.	16,81%	10,64%	14,73%	7,89%	12,47%	5,46%
De 7,01 a 10,00 s.m.	11,68%	6,08%	9,60%	4,77%	7,01%	3,44%
De 10,01 a 15,00 s.m.	6,36%	3,63%	5,13%	2,88%	3,32%	2,07%
De 15,01 a 20,00 s.m.	2,26%	1,37%	1,61%	0,98%	1,12%	0,62%
Mais de 20,00 s.m.	2,68%	1,21%	1,96%	0,89%	1,09%	0,37%
Ignorado	2,42%	3,19%	2,67%	3,18%	3,75%	5,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: RAIS/MTE

No período em questão, a concentração da força de trabalho tendeu a ocorrer na faixa salarial de 2 a 3 salários mínimos. Esta tendência, aparentemente, é mais significativa para a população feminina, com propensão a ocupar postos de trabalho com menor remuneração. Em 2000, 13,97% das mulheres trabalhadoras recebiam de 1,51 a 2 salários mínimos. Em 2008 este contingente subiu para 22,35%. A presença feminina nas faixas salariais mais elevadas também se manteve menos representativa, tendendo a um decréscimo. Tomando como exemplo o índice de 7,01 a 10 salários,

percebe-se que houve uma diminuição do contingente tanto masculino quanto feminino nesta faixa de remuneração. Contudo, os índices apontam para um prejuízo maior da população feminina. Considerando que nas faixas mais elevadas se concentram os empregos com maior grau de instrução e observando que ao longo de todo o período as mulheres apresentaram maior escolaridade do que os homens há um indicativo de que a qualificação não é o único requisito para o acesso aos postos de trabalho com melhores remunerações. A escolarização e qualificação não evitaram uma segmentação sexual refletida tanto nos setores de ocupação quanto nas diferenças salariais.

Um estudo sobre a condição do trabalho feminino no Brasil nos anos recentes, conduzido por Bruschini e Lombardi (2007) revelou que nos primeiros anos do último milênio a inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro se caracterizou por progressos e atrasos. Em síntese, as autoras concluíram que houve um aumento da participação feminina no trabalho ao mesmo tempo em que os índices de desemprego também apresentaram elevação. Salientam a permanência de um predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais ao mesmo tempo em que as mulheres passaram a ter mais acesso a profissões e carreiras de prestígio:

As trabalhadoras, que até o final dos anos 1970, em sua maioria, eram jovens, solteiras e sem filhos, passaram a ser mais velhas, casadas e mães. Em 2002, a mais alta taxa de atividade feminina, superior a 70%, é encontrada entre mulheres de 30 a 39 anos, e 67% das mulheres de 40 a 49 anos também são ativas. (...) Entretanto, apesar de todas essas mudanças, muita coisa continua igual: as mulheres seguem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelos cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas. (2007, p. 48)

A pesquisa que aqui conduzimos não permitirá chegar a todas as conclusões expostas pelas autoras resto que as fontes estatísticas disponíveis para o estudo do mercado de trabalho nos anos recentes em Caxias do Sul estão limitadas aos empregos formais. Assim, os dados nada dizem acerca de ocupações informais, trabalho autônomo, profissionais liberais e, ainda menos, sobre trabalhos não remunerados que, historicamente, são exercidos pelas mulheres. Sobre isto, vale aqui lembrar Michelle Perrot quando a historiadora francesa chama a atenção para os silêncios que encontramos em muitas fontes quando se busca saber a história das mulheres e a necessidade de questionar estes silêncios. Ao questionar sobre “o que é um trabalho de

mulher?”, Perrot responde: As mulheres sempre trabalharam. Elas nem sempre exerceram ‘profissões’. (2005, p.251)

Um exemplo desta problemática do silêncio pode ser verificado quando se percebe que, atualmente, persiste o debate – principalmente no campo da economia – sobre o caráter de “não trabalho” do trabalho doméstico, pelo fato de que o mesmo não gera valor. Por esta razão, todas as pesquisas sobre mercado de trabalho consideram as donas de casa como não-trabalhadoras. O problema de associar trabalho à produção de algum tipo de mercadoria ou à geração de valor através de uma relação empregatícia acaba por não considerar como trabalho uma série de ocupações não remuneradas e que, historicamente, foram associadas às mulheres. Além da labuta doméstica, o cuidado da família e de terceiros é visto como um exercício natural das atividades femininas. Retomando o diálogo com Perrot, ela afirma que as discriminações se enraízam nos costumes, produtos das representações de longa duração, remodeladas ao sabor das necessidades do tempo (2005, p.251). Evidencia-se, portanto, que as clivagens que geram diferenças entre profissões feminilizadas e masculinizadas estão relacionadas com uma trajetória de segregação para ambas as profissões.

Aqui se encontra uma possível explicação para o fato de que os trabalhadores homens apresentem, no mercado formal, graus de instrução menos elevados em relação às mulheres. Os tipos de ocupações que dão acesso aos homens ao mercado formal não são as mesmas ocupações que dão acesso às mulheres. Para a população masculina, o mercado formal reserva empregos que exigem, sobretudo, força física. São empregos masculinizados. Aspectos culturais, resistindo às inovações tecnológicas, influenciam para que as empresas prefiram contratar homens, para que as mulheres não busquem certos tipos de emprego e para que os homens se apoderem de determinados conhecimentos vinculados a ocupações socialmente reconhecidas como masculinas.

Referências Bibliográficas

BURKE, Peter. **A escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.



SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. 2ª.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCOTT, Joan. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**(3), Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, São Paulo, 1994.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2007.

THOMPSON, Edward. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**(3), Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, São Paulo, 1994.

VAN DER LINDEN, Marcel. História do Trabalho: o Velho, o Novo e o Global. Revista Mundos do Trabalho, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009.

VARIKAS, Eleni. Experiência e Subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**(3), Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, São Paulo, 1994.

Notas:

¹ O trabalho contou com a colaboração do bolsista David Dalponte na extração e tratamento dos indicadores do Banco de dados da RAIS e do Prof. Ms. Moisés Waismann, coordenador do Observatório do Trabalho/UCS.

² De acordo com Thompson, a classe social surge como experiência a partir das relações do indivíduo com os meios de produção em que nasce ou é inserido no decorrer de sua vida. Mas, conforme o autor, a consciência de classe é essencial para sua formação. E esta consciência passa a existir quando um grupo de indivíduos estabelece uma identidade de interesses antagônicos aos de outro grupo. A formulação de Thompson sobre o conceito de classe permite ultrapassar uma relação mecânica do sujeito com os meios de produção. Através deste conceito, é possível compreender como a cultura, a política, a religião, as relações de gênero incidem na construção da identidade de classe. (THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987).

³ O Banco de Dados da RAIS registra os movimentos anuais de todos os trabalhadores regidos pela Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou Estatuto do Funcionalismo Público.